**Direito e marxismo: a política de qualificação para trabalhadores
desempregados na experiência do MTD em João Pessoa¹**

***Law and marxism: the qualification policy for unemployed workers and the
unemployed workers movement experience in João Pessoa***

Ítalo Giovanni Fernandes Correia

José Victor Figueiredo de Lucena

Liziane Pinto Correia

Núcleo de Extensão Popular – Flor de Mandacaru (UFPB)²

Resumo

O Núcleo de Extensão Popular (NEP) - Flor de Mandacaru, da Universidade Federal da Paraíba, promove experiências de Assessoria Jurídica Popular através da extensão. Um dos seus eixos acompanha a Luta pelo Trabalho protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em João Pessoa. Vivencia-se a contradição imposta na relação "qualificação profissional x mercado de trabalho" – que se organiza como uma das dimensões da divisão social do trabalho própria à contradição capital-trabalho. Dentre as atividades do Núcleo, analisa-se um programa de qualificação para combate ao desemprego criado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no fim de 2010, conquistado pelo MTD e executado pela Secretaria de Desenvolvimento Social: QualificaJP. Com o aporte teórico em referenciais marxistas, que versam sobre formação educacional e desenvolvimento social/econômico, analisa-se a contradição condicionada pela estrutura de mercado, que implicou na aceitação emergencial de uma política perpetuadora da dominação dos trabalhadores por aquela. Por isso, desenvolveu-se, sob a perspectiva extensionista, a crítica à manipulação dos trabalhadores pelas políticas de reserva de mercado e de competitividade através das qualificações, como também, o horizonte de que a tomada de consciência através da luta dos trabalhadores desempregados, envolvidos no caso, seria possibilitada pelo aprofundamento da contradição vivenciada - a força de trabalho e sua qualificação genérica não implicam na absorção pelo mercado de trabalho. Entrar em contato com a demanda dos desempregados a partir da extensão significa transformar o Direito em instrumento a favor da sociedade. Os grupos sociais são atores diretos desse desenvolvimento, mas têm suas práticas condicionadas pelo momento histórico em que vivem. Dessa forma, sem o movimento e atuação deles não há transformações na vida cotidiana, cabendo, portanto, aos mesmos grupos sociais inventarem e lutarem por

¹ Artigo recebido em 31 de outubro de 2012 e aceito em 17 de dezembro de 2012.

² Autores discentes da Universidade Federal da Paraíba, membros do NEP Flor de Mandacaru.

condicionantes favoráveis à mudança. O capitalismo funda-se inexoravelmente na obtenção de lucro por meio da mais-valia. Esta, definida como sendo o tempo de trabalho não pago ao trabalhador, é a geradora do lucro na lógica capitalista. Tendo sido o operário usurpado de seus meios de produção, acaba vendo-se dotado unicamente de sua mão-de-obra para vender e para só então ser capaz de obter o que é necessário para lhe suprir as necessidades vitais. Para justificar essa lógica de dominação do homem pelo capital, a escola deu sua contribuição. Ela serviu para formação de indivíduos preocupados com a competição e ascensão social a partir do mérito; criando, assim, pessoas programadas a concorrer ao sucesso e alcançar um espaço no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, uma melhoria nas suas condições materiais. A educação ainda segue o ritmo de condição de empregabilidade, agora acentuada no contexto neoliberal, em que os currículos tendem a ser maiores mediante esforços dos indivíduos que tentam entrar no mercado empregador através de programas de qualificação, profissionalização etc. Pretende-se, portanto, revisar: alguns conceitos de exploração pelo trabalho e desemprego estrutural; o discurso neoliberal da empregabilidade, que prejudica os trabalhadores desempregados; a relação entre a fundamentação teórica com a experiência extensionista que acompanhou o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, de João Pessoa, na conquista e participação de uma política pública de Qualificação para o combate ao desemprego e refletir suas conseqüências.

Palavras-chave: Assessoria Jurídica Popular; qualificação profissional x mercado de trabalho; políticas de reserva de mercado.

Abstract

The Popular Extension Nucleus (NEP) Flor de Mandacaru, from the Federal University of Paraíba, promotes Popular Juridical Advisement through extension. One of its branches follows the fight for work that is led by the Unemployed Workers Movement, in João Pessoa. The imposed contradiction is lived in the relation “professional qualification x job market” – that appears as one of the dimensions of the job social division that is part of the capital-work contradiction. Among the activities performed by the Nucleus, a qualification program to combat the unemployment created in 2010 by the prefecture is analysed: the QualificaJP. It was conquered by the Unemployed Workers Movement and executed by the Social Development Office. With theorist basis on Marxist references that deal with educational formation and social/economic development the contradiction conditioned by the market structure is analysed. This structure allowed the lifesaving acceptance of a policy that is actually a form of domination towards the workers. Because of that, the critics towards the manipulation of the workers by the market reserve and competitiveness policies through qualifications were developed through the extension’s perspective, as well as, the horizon that the awareness through the unemployed workers’ fight, involved in the case, would be enabled by the deepening of the contradiction lived – the work force and its generic

qualification do not mean the absorption by the job market. Being in touch with the unemployed workers' demand through the extension means transforming the Law into an instrument in favour of society. The social groups are direct subjects in this development but they have their practices conditioned by the historical moment in which they live. So, without their movement and actuation there are no transformations in day-by-day life, which means they need to create and fight for favorable conditioning circumstances in order to promote changes. Capitalism is founded inexorably in obtaining profit through added value. This, defined as the amount of time worked that is not paid to the worker, is the profit generator in the capitalist logistics. Since the workers had taken away from them the means of production, they end up having only their workforce to sell and only by that being able to obtain what is necessary for them to survive. To justify this logic of domination of the man by the capital, the school gave its contribution. It served to form individuals who were worried with the competition and social ascension through merit; creating, then, people who are programmed to compete to succeed and reach a spot in the job market and, consequently, to an improvement in their material conditions. Education still follows a rhythm of employability condition, now increased by the neoliberal context, in which the portfolios tend to be larger by efforts of the individuals who try to enter the job market through qualification or professionalisation programs. It is intended, thus, to review: some concepts of exploration by work and structural unemployment; the neoliberal discourse of employability that harms unemployed workers; the relationship between the theoretical basis and the extensionist experience that followed the Unemployed Workers Movement, in João Pessoa, during the conquest and participation in a public policy of qualification to combat unemployment and reflect its consequences.

Key words: Popular Juridical Advisement; professional qualification x job market; market margin policies.

Introdução

Entrar em contato com a demanda dos desempregados a partir da extensão significa possibilitar a reflexão constante sobre os limites do Direito nas lutas da classe trabalhadora. Os grupos sociais são atores diretos na luta por mudanças, mas têm suas práticas e reivindicações moldadas pela lógica do Direito burguês, que surge com o objetivo de manter a estrutura de exploração característica do sistema capitalista.

Sendo o Direito advindo do Estado, o qual é criado e controlado pela classe dominante, configura-se como um instrumento de manutenção e, portanto, uma expressão, via processo legislativo, das necessidades de reprodução dessa classe. Partindo dessa análise, as necessidades dos trabalhadores só serão atendidas na medida em que se adequam aos interesses da classe dominante e, por outro lado, deem o mínimo de prejuízo a ela.

Portanto, não se pode pensar no Direito como um instrumento de transformações estruturais da sociedade, visto que sua função é legitimar as relações de produção e de propriedade.

Conquistar melhores salários, diminuição da jornada de trabalho, políticas de qualificação etc., não significam romper com a exploração característica de todas as relações trabalhistas no modelo capitalista. Essas são mudanças pontuais que, na verdade, evidenciam as contradições do sistema jurídico, que com o discurso de melhorias para a classe trabalhadora, está na verdade se adequando às necessidades conjunturais e mantendo-a na condição de oprimida.

A importância dessas lutas, então, é possibilitar que os trabalhadores, por meio da construção de um projeto coletivo e vivenciando as contradições com as quais se deparam, possam perceber que estão inseridos numa estrutura de dominação que tem a seu serviço a educação, os meios de comunicação etc., não estando excluído o Direito.

Quando é garantida por lei uma política pública de qualificação isso não significa a garantia de empregabilidade nem o fim da exploração, revelando-se assim as suas limitações.

Pretende-se adiante, portanto, partindo da luta dos trabalhadores do MTD de João Pessoa, por um direito, o qual, no caso, é o da educação\qualificação pelo Estado, revisar: alguns conceitos básicos de exploração pelo trabalho e desemprego estrutural; o discurso neoliberal da empregabilidade, que prejudica os trabalhadores desempregados; a relação entre a fundamentação teórica com a experiência extensionista que acompanhou o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, de João Pessoa, na conquista e participação de uma política pública de Qualificação para o combate ao desemprego e refletir suas

consequências. Tudo isso permeado por um debate reflexivo sobre o Direito como garantidor ao mesmo tempo como instrumento de manutenção.

1. O trabalho no capitalismo: o ângulo marxista

O trabalho e o seu significado hodierno fazem-se inclusos e partes constituintes – bem como engrenagens motrizes – da própria arquitetura capitalista moderna em si, tendo nesta logística sua própria função e papel específico. A fim de demonstrarmos o quão complexa e igualmente intrincada é esta relação, urge imprescindível, logo, o estudo da referida questão a partir do ângulo de visão marxista, onde é tratada a temática como assunto dos mais importantes. Como versou-nos Sweezy, “o objetivo de Marx – ‘desnudar a lei econômica de movimento da sociedade moderna’ – é radicalmente diferente do propósito das escolas de pensamento não-marxistas”.³

Primordialmente, falar de Marx é falar de sua magnífica teoria metodológica que é a do materialismo-histórico-dialético. Analisando a sociedade e todos os indivíduos como provenientes de suas condições materiais de existência, de seu meio e ser social, enfim, *material*, o marxismo rompe com várias tradições anteriores que “priorizavam” e exaltavam o plano das idéias como campo de onde partiriam a “natureza” do indivíduo. Toda e qualquer sociedade, portanto, detém uma *historicidade* própria que lhe é inerente, dela não podendo ser afastado ou retirado seu contexto original. Nesta perspectiva, surge também outra característica da conjectura marxista, que é a de totalidade, na qual todos os fatos e pormenores devem ser analisados sob uma macro-visão, a fim de ser possível perceber todos os seus vértices e pormenores, pressupondo-se uma superestrutura única na qual os aparentemente mais longínquos e apartados elementos possuem, finalmente, um atrelamento de ligações num complexo enraizamento de teias e cadeias, no qual um causa/explica outro fenômeno.

Ademais, há também a noção da *dialética* das coisas, na qual observa-se a sociedade e todos os seus elementos não como dados de uma só vez e por si, imutáveis; mas, sim, em constante transformação e permanente mutação, resultado da luta inevitável

³ SWEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. p. 24. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

das forças antagônicas intrínsecas à sociedade mesma. É a partir desta dialética que emerge, então, o caráter de *transformação* da teoria marxista, presente em todo seu corpo conjectural; é justo a revolução social que possibilita esta mudança.

Depreende-se daí que o interesse primordial de Marx era a sociedade como um todo e, mais especialmente, o processo de transformação social. A Economia Política – a “anatomia” da sociedade – é importante não só em si mesma, mas porque é nessa esfera que se encontra o ímpeto da transformação social. Devemos acentuar, já que o contrário tem sido afirmado com tanta freqüência, que Marx não procurava reduzir tudo a termos econômicos. Tentava, antes, descobrir as verdadeiras inter-relações entre os fatores econômicos e não econômicos na totalidade da existência social.⁴

Analisando o capital como “potência econômica da sociedade burguesa”, sua crítica e teoria girarão em torno de que “a relação entre o trabalho assalariado e o capital determina o caráter total do modo de produção”.⁵

O capitalismo, entretanto, funda-se inexoravelmente na obtenção de lucro por meio da mais-valia. Esta, definida como sendo o tempo de trabalho não pago ao trabalhador, é a geradora do lucro na logística capitalista. Tendo sido o operário usurpado de seus meios de produção, acaba vendo-se dotado unicamente de sua mão-de-obra para vender e para só então ser capaz de obter o que é necessário para lhe suprir as necessidades vitais.

Logo,

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

O valor da força de trabalho compreende, entretanto, o valor das mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador ou a propagação da classe trabalhadora. Portanto, (...) torna-se necessária a mais rápida substituição dos que foram desgastados.⁶

⁴ Idem, ibidem. p. 25

⁵ MARX, Karl. O Capital. Vol. III, p. 1025 da edição americana (Charles Kerr & Co., Chicago, 1933).

⁶ Idem, ibidem. p. 212

2. O desemprego estrutural e o exercito industrial de reserva como tragédias do capital

O desemprego estrutural é compreendido pela teoria marxista como “necessária determinação estrutural da ordem estabelecida.”⁷ A existência de um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados é intrínseco ao modo de produção capitalista. Esse exército desempenha o importante papel de equilíbrio do valor dos salários, bem como de reserva para os ramos emergentes de expansão e ampliação do capital. Explica-nos Mészáros que

O “exército de reserva” do trabalho não só não representava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde. Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser geridos por “deslocamentos expansionistas”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo(...).⁸

Esses aspectos “benéficos” e “saudáveis” do desemprego crônico são verdadeiramente temporários. Como nos aponta Mészáros,

Quando as contradições crescentes do sistema não puderem mais ser exportadas por meio de uma confrontação militar maciça como a experimentada em duas guerras mundiais, nem puderem ser dissipadas internamente pela mobilização de recursos humanos e materiais da sociedade (...), então o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital.⁹

Temos, portanto, uma “explosão populacional, sob a forma de desemprego crônico, como um limite absoluto do capital”.¹⁰

Entretanto, a economia política burguesa tem negado, quando não, deturpado o fenômeno de maneira a desvirtuar suas causas e afastá-las de um aspecto estrutural do modelo econômico, como nos fala Mészáros, a questão é que “a explosão populacional realmente ameaçadora – a tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países –

⁷ MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. p. 317. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

⁸ Idem, ibidem. p. 332.

⁹ Idem, ibidem. p. 333.

¹⁰ Idem, ibidem.

é ignorada ou completamente deturpada.”¹¹ No discurso liberal, a explosão populacional decorrente do desemprego crônico aparece como “devida apenas a desenvolvimentos tecnológicos e às descobertas científicas básicas”.¹²

Os ideólogos capitalistas tem justificado a falácia da promessa do “pleno emprego numa sociedade livre” - chegando a afirmarem “cegamente que só se poderia mencionar ‘pequenos bolsões de desemprego’, e mesmo isso não por muito tempo, graças à sensibilidade política da sociedade democrática esclarecida”¹³ - culpando os próprios trabalhadores por sua miséria, justificando a expansão do desemprego pela falta de “qualificação técnica”, que seria a grande responsável pela “tendência contraditória de expulsar um grande número de trabalhadores do processo de trabalho, até mesmo nos países capitalistas mais avançados”.¹⁴

Mészáros rebate esse argumento demonstrando que

O problema já não é apenas o sofrimento dos trabalhadores sem qualificação, mas também o de um grande número de trabalhadores qualificados que, junto com o exército de desempregados, disputam o número desesperadamente pequeno de empregos disponíveis. A tendência da amputação “racionalizadora” já não se limita aos “ramos periféricos de uma indústria envelhecida”, mas inclui alguns dos setores mais desenvolvidos e modernos da produção – da construção naval e aeronáutica à eletrônica, e da engenharia à tecnologia espacial.¹⁵

O argumento da falta de qualificação técnica, portanto, é minado pela teoria marxista ao explicitar o problema estrutural da ausência de empregos em todas as áreas do processo de trabalho, tanto para trabalhadores qualificados como não-qualificados.

A origem do desemprego generalizado é deturpada também pelo discurso neoliberal na medida em que alguns de seus ideólogos defendem o retorno ao capitalismo selvagem, colocando como causa desse problema estrutural do capitalismo “o auxílio desemprego que é muito generoso e duradouro, que representa um estímulo pequeno para quem o recebe

¹¹ Idem, ibidem. p. 320.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, ibidem. p. 322.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Idem, ibidem.

procure um emprego”¹⁶ ou ainda quando culpam o “salário mínimo nacional (...), que deve afastar muitos jovens do mercado de trabalho”.¹⁷

Ainda segundo a economia política conservadora, a capacidade do sistema de se regular e de se expandir, atingindo novos setores da produção econômica, solucionaria o problema do desemprego: “foi-nos prometido que os empregos que desaparecessem na indústria seriam grandemente compensados pela ‘indústria de serviços’ e pelo impacto econômico positivo de todo tipo de ‘empregos que adicionam valor’”.¹⁸

Entretanto, a realidade mostrou que esses supostos novos empregos

estão limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanha as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego (...).¹⁹

Não se fala, em conclusão, numa possibilidade de se solucionar o problema do desemprego estrutural sem alterar as bases do modo de produção capitalista. Temos a “condição do desemprego crônico como a tendência mais explosiva do sistema do capital.” Aspectos reformistas continuamente proclamados pelo discurso liberal têm se esvaído na percepção de que “na nossa ‘economia globalizada’ o círculo vicioso do desemprego agora está completo, relegando ao passado todos os celebrados modelos de desenvolvimento do século XX”.²⁰

O desemprego estrutural representa, portanto, a tragédia mais dolorosa do capital e demonstra como este é absolutamente “refratário ao equilíbrio”.²¹ Somente através de “transformações radicais da estrutura geral e das microestruturas da reprodução sociometabólica”²² é que poderemos apontar uma transformação da abordagem do crescimento da população e do problema da falta de possibilidade de acesso a recursos materiais de existência.

¹⁶ Idem, ibidem. p. 325.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Idem, ibidem. p. 327.

¹⁹ Idem, ibidem. p. 330.

²⁰ Idem, ibidem. p. 337.

²¹ Idem, ibidem. p. 319.

²² Idem, ibidem. p. 318.

Nesse sentido, surgem movimentos sociais como o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), que percebem a luta por profundas transformações sociais a única solução possível para o problema vigente. O processo se dá pela vagarosa mobilização dos trabalhadores, por meio de experiências próprias de luta e conquistas que esbarram na sociedade de capital. Daí desenvolve-se a percepção de que o modelo capitalista jamais permitirá a existência de iguais oportunidades.

3. A luta dos trabalhadores por direitos *versus* os limites do direito burguês

O Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru constrói com os estudantes extensionistas uma formação acadêmica de forma diferenciada, prezando pela troca de conhecimento e a construção conjunta da libertação por meio da educação. Um de seus eixos acompanha a atuação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

Seu objetivo é praticar assessoria jurídica ao movimento, na luta dos trabalhadores pela positivação de políticas públicas; a idéia do MTD, por sua vez – e à qual se alia o referido eixo do NEP – é a conscientização através do processo de luta e, em sendo efetivada a execução política pública, a formação política dos trabalhadores, para além da mera especialização técnica. A partir desse acompanhamento, que desenvolvemos esta reflexão sobre direito e trabalho, dentro das possibilidades reais, com o interesse em perceber as contradições do direito na luta por direitos insuficientes à classe trabalhadora, com o compromisso prático de assessorar para conquista das reivindicações jurídicas imediatas, mas com o horizonte libertário definido.²³

Sabe-se que com a perpetuação do capitalismo como único modelo sócio-econômico vigente, a educação não escapou de sua influência, passando a ser guiada pelas suas

²³ Buscando sempre a superação: “Mesmo o reconhecimento explícito das contradições de classe só se torna radical se for associado a estratégias realistas relacionadas à resolução de tais contradições peça intervenção no plano das determinações estruturas fundamentais da sociedade, com o propósito de realmente superar o antagonismo de dominação e subordinação de classe.” MÉSZÁROS, István. O poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo. Editorial, 2004. P.163.

demandas e ter nelas a razão de sua existência, fato que, para Gaudêncio Frigotto²⁴, atende às perspectivas neoliberais. Faz-se necessário um sistema educacional que seja garantia de um emprego correspondente. Porém na economia de mercado, como já se constatou, a demanda de empregos é maior do que a oferta, e essa realidade, por estar nas raízes do sistema capitalista, o qual o Direito legitima, não pode ser transformada pela conquista de direitos por meio de leis.

As desigualdades materiais da sociedade são encobertas pelo discurso das “iguais oportunidades”, o que perpassa pelo discurso de que “todos são iguais perante a lei”²⁵, combinados com a meritocracia, alimentando assim um sistema no qual nunca haverá chances para todos, não importa o quão preparado estejam. Os trabalhadores têm sua força de trabalho explorada, por mais que não pareça, e submetem-se às condições injustas que lhes são impostas, pois há sempre um exército de outros indivíduos igualmente preparados à espera de serem chamados para se submeterem às mesmas ou a piores circunstâncias.

Na qualificação para o mercado, objeto das políticas públicas, a culpa do insucesso de uma pessoa é atribuída a ela mesma, por não ter sido suficientemente boa. Neste modelo capitalista não há ricos e pobres, marginalizados e hegemonia privilegiada; todos são iguais, formalmente falando, sendo as políticas públicas corroboradas por esse discurso, criando, assim, estereótipos de esforçados e não esforçados, merecedores e não merecedores, o que legitima a desigualdade proposital, intrínseca ao sistema.

As demandas do mercado ditam os moldes da educação, que é dominada por aquele, absorvendo a função de preparar as pessoas exclusivamente para si, estimular a competição desde a infância, pois só é plenamente feliz, a partir desta lógica, quem está no topo da máquina opressora. A sabedoria em sentido amplo, não restrita à técnica ou direcionamento mercadológico, fica em segundo, ou nenhum, plano.

²⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópoles: Vozes, 1995. P. 77-108

²⁵ Sobre isso, Tarso Melo nos adverte que “‘Sujeito de direito’ é a forma indispensável para que o Direito funcione socialmente segundo os interesses das classes dominantes; a abstração de suas qualidades reais – todos são iguais perante a lei – consolida a desigualdade real. Enfim, a abstração do sujeito concreto em sujeito de direito não é para beneficia-lo, mas para moldá-lo como engrenagem do sistema.” MELO, Tarso de. Direito e Ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192p.

A concessão de políticas públicas por meio do Direito é, então, um meio para, em uma conjuntura de revoltas iminentes dos trabalhadores por conta do desemprego ou más condições de trabalho, conter os ânimos e garantir a manutenção da classe hegemônica. E assim se fecha o ciclo: por meio da meritocracia, a revolta da classe oprimida contra a classe opressora é substituída pela competição.

4. A aliança do Estado com a proposta hegemônica de Qualificação do Mercado e seus efeitos

Acreditar na possibilidade de empregabilidade plena com o desenvolvimento do sistema capitalista é uma ilusão gerada, principalmente, pelo surpreendente desenvolvimento econômico alcançado no pós-guerra, isso porque o interesse do capital não é o de garantir a empregabilidade, mas o valor e a mais-valia; essa ilusão tem se enfraquecido nas últimas décadas, dentre outras razões pela constatada decepção da classe trabalhadora frente à realidade da economia de mercado que não abrange todo o seu contingente.

O desemprego é uma realidade mundial que acarreta conseqüências trágicas à classe operária, e que carrega idiossincrasias próprias que variam de acordo com suas características geográficas, históricas e políticas. Não basta apontar como solução para o desemprego o conjunto de medidas regulamentadoras para a classe trabalhista e incentivos de qualificação quando, no Brasil, na prática dirigiu-se exclusivamente à visão mercadológica, que é seletiva e excludente, sempre aportada, garantida e legitimada pelo Direito.

O final do século XX, especialmente a década de 90, foi caracterizado, no Brasil, pelo acréscimo significativo na taxa de desemprego e, como conseqüência, o Estado passou a desenvolver políticas, para se adaptar ao capital, capazes, ainda que teoricamente, de aumentar a inserção da classe desempregada no trabalho e possibilitar a manutenção do emprego, ainda que o problema do desemprego não possa ser resolvido com o desenvolvimento de políticas que atendam apenas a necessidade mercadológica. O combate ao desemprego pelo Estado é uma das contradições encontradas na análise do QualificaJP,

pois, as políticas são ineficazes quando o Estado também é regulado pelo mercado através do Direito burguês.

Na cidade de João Pessoa (PB), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, ocupou a Prefeitura Municipal em Junho de 2010, para que a administração da cidade vislumbrasse o conjunto de pessoas organizadas e com pautas específicas para a exigência de ações que refletissem com a mudança de suas situações de Desemprego ou Emprego Precário, tendo como luta principal a implementação da lei das Frentes Emergenciais do Trabalho – a qual consiste numa capacitação de 6 meses, remunerada com um salário mínimo, com uma cesta básica e por fim uma garantia de autogestão dos trabalhadores com meios de produção próprios. A partir da ocupação do Centro Administrativo da cidade, representantes da prefeitura atenderam aos representantes das comunidades integrantes do MTD (a Santa Clara e Citex), para darem início à construção de uma política pública que gerasse oportunidades, ao menos, as pessoas que participaram da luta.

Com isso, iniciou-se a elaboração de um projeto piloto de Qualificação para desempregados, que atendesse todas as comunidades da Capital, com o objetivo de empregar os participantes. A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) designou a FUNETEC para realização dos cursos - com a elaboração dos projetos, fornecimentos de máquinas, disposição de professores - e a Prefeitura estaria encarregada de ceder o espaço físico para a realização e despesar recursos financeiros.

Logo no final de 2010, foi implantado o programa QualificaJP, que promoveu cursos de qualificação para os moradores de diversas comunidades. O objetivo era, mais uma vez, dá-los algum preparo para o mercado de trabalho e assim abrir oportunidades. Dentre os 10 cursos desenvolvidos, apenas três foram solicitados pelas comunidades do MTD, foram os cursos: Corte e Costura, Mecânica de Motos e Secretariado.

De acordo com as pessoas do MTD, a partir de seu relatório de Avaliação sobre o QualificaJP e das negociações com a Prefeitura acompanhadas pelos extensionistas do NEP – Flor de Mandacaru, percebeu-se o despreparo e a falta de interesse por parte da SEDES²⁶

²⁶ A SEDES é a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa. Nossa avaliação do desinteresse de tal setor do governo municipal corrobora com o que há na seguinte transcrição: “Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem fazer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns, que são

em combater de forma radical e eficaz o desemprego, e até mesmo, de preocupar-se com a eficácia do programa que propôs desenvolver. Disto, referem-se as avaliações e os relatos sobre os cursos, como ineficazes e de má qualidade, exemplifica-se com o fato de que os cursos não atingiram a carga horária exigida de 110h (alguns chegaram a 70h), a formação cidadã (parte teórica exigida pelo MTD para que fosse ministrada por seus próprios membros) não aconteceu, faltaram materiais e máquinas.

Falhas que revelam ou são sintomas da falta de interesse, pois, o programa não teve o cuidado com os horários de realização das aulas – colocando a segurança dos participantes em risco quando ofereceu cursos à noite em comunidades de elevado índice de violência, como a Santa Clara -, e o principal, não teve o interesse de gerar grupos de produção para subsistência dos desempregados, dentro das próprias comunidades, que participaram da qualificação, submetendo-os a busca desesperada (novamente) pelo emprego.

De novo, a concessão do Direito não vem para superar a lógica vigente, não soluciona a questão do trabalho e nem muda a realidade das pessoas que a ela se submeteram, é mais um exemplo de que o Direito é estritamente voltado para a dominação e contenção dos trabalhadores, e além do mais, caso as políticas públicas fossem eficazmente executadas, os trabalhadores continuariam sendo explorados. No entanto, isso não quer dizer que não sejam necessárias as reivindicações jurídicas²⁷.

5. A conscientização a partir da decepção

A sociedade desempregada torna-se dócil à medida que mais compete entre si e mais obedece aos pré-requisitos de empregabilidade ditados, para conseguir condições de alimentar-se, vestir-se, movimentar-se e manter-se saudável. Gaudêncio Frigotto aborda a

mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade e, melhor ainda, na vontade livre, desligada de sua base real. O mesmo acontece com o direito que é, por sua vez, reduzido à lei.” MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Centauro, 2002. P.114

²⁷ “Isso naturalmente não significa que os socialistas renunciem a propor determinadas reivindicações jurídicas. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político em geral. As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando esta classe conquista o poder político e suas reivindicações a validade universal sob a forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas.” ENGELS, Friederich. KAUTSKY, Karl. O socialismo jurídico – São Paulo: Ensaio, 1991 – 2ª Ed. P.50-51.

exclusão e afirma que qualquer ação do capitalismo a acentua ainda mais, e aponta a necessidade da nova formatação da sociedade:

A crise do capitalismo real deste fim de século, globalizado e transnacionalizado, uma vez mais e de forma mais perversa, ainda que mais dissimulada, busca resolver sua crise pela exclusão e pela violência. A questão das guerras espalhadas pelo mundo, o problema ecológico, a concentração da riqueza e do capital, do conhecimento e do desemprego estrutural são provas inequívocas de que a saída não está no capitalismo. Por mais que as utopias pareçam estar riscadas do horizonte da história, de um lado pelo neoliberalismo e, de outro, pelo pós-modernismo, a construção democrática do socialismo está em pauta como o modo de produção estruturalmente capaz de pôr fim ao que Marx denominou de pré-história da humanidade, as sociedades regidas pela cisão das classes sociais que cindem o humano.²⁸

A qualificação termina por ser apenas uma nova denominação, um novo substantivo, dado aos objetivos do mercado que passam por promessas que nunca serão cumpridas:

Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos chaves para dar os saltos de produtividade e competitividade.²⁹

É o produto bruto neoliberal: é que o homem tornou-se mais uma ferramenta de serviço aos empregadores do capital; mudam-se os meios de produção e mudam-se os meios de adestramento dos homens às novas ferramentas tecnológicas e de produção.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados, ao exigir do poder público uma política de qualificação para os militantes, a propôs num modelo que se adequou às exigências do mercado, como também à politização dos participantes - pediu a inclusão de uma carga horária teórica de discussão e politização (denominada “formação cidadã”) que seria ofertada por algum membro do próprio movimento. Seria um momento para estudar as contradições que estavam postas aos trabalhadores, de apreensão para modificação de sua realidade. No entanto, a política pública de qualificação – o QualificaJP – já citado, não existiu nos moldes exigidos pelo movimento e nem funcionou como o esperado.

²⁸ FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 2 ed. - Sao Paulo: Cortez, 1996. p. 193

²⁹ FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 2 ed. - Sao Paulo: Cortez, 1996. p. 146

Acontece que o MTD, por meio da luta por um direito de qualificação e promessa de inserção ao mercado de trabalho através da formação técnica, dentro dos moldes que se deram, conquistou a formação humana pelo desapontamento³⁰. Adentrar nas contradições do capital com o próprio Movimento é possibilitar aos militantes um melhor conhecimento sobre a causa dos problemas que enfrentam. Os trabalhadores tiveram sua percepção da estrutura econômica aguçada quando enfrentaram o desemprego, o Estado e o mercado. Este último, novamente com o desemprego, mas com uma nova visão sobre ele. A percepção, advinda dessa formação pela decepção – na luta por direitos, a conquista de outros níveis de escolarização não é o suficiente para a garantia de empregabilidade - de que o Estado não serve para ser um espaço da sociedade e sua ferramenta e de que a condição de desemprego não é um problema individual e de causas individuais, ocasionadas pela incompetência ou despreparo dos trabalhadores, foi elemento crucial para o próximo passo do Movimento – é o caminho da educação como práxis política³¹ que se abre.

Enquanto extensionistas, o nosso desafio foi o mesmo este apontado por Tarso de Mello na seguinte passagem:

A crítica do capitalismo e, no nosso caso, das ilusões jurídicas que o fortalecem é indispensável. Se o sistema tem limites e possibilidades, eles devem ser forçados, como o fazem os militantes na luta pela terra; enquanto aqueles limites resistirem, que ao menos as possibilidades do sistema deem uma vida mais digna ao maior número de pessoas possível.³²

Educação pela práxis por que os desempregados tomam para si o debate e estudo de sua própria condição e pela ação que tomam descobrem que dentro das estruturas que se inserem, não é possível erradicar o desemprego. Então, faz-se necessária a atuação cada vez maior de setores organizados, como os movimentos sociais, na gestão democrática, ou seja,

³⁰ É como Engels apontou, citando o Marx, em sua obra, e nós interpretamos como a utilização da contradição para potencializar a organização popular, a reivindicação por trabalho é um primeiro passo para que a classe logo mais esteja lutando por sua emancipação política: “O direito ao trabalho é apenas reivindicação provisória, ‘a primeira e acanhada forma que resume as exigências revolucionárias do proletariado’ (Marx) e, portanto, não vem a propósito desta discussão.” ENGELS, Friederich. KAUTSKY, Karl. O socialismo jurídico – São Paulo: Ensaio, 1991 – 2ª Ed. P.33.

³¹ Concordamos com Marx: “A emancipação política é, sem duvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma da emancipação humana, em geral, mas é a última forma da emancipação política no interior da ordem mundial até aqui. Entende-se: nós falamos aqui de emancipação real, de [emancipação] prática.” MARX, Karl Heinrich. Para a questão judaica – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular 2009. P.52.

³² MELO, Tarso de. Direito e Ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192p.

na exigência de seus direitos e na construção de políticas públicas que intencionem melhorar a situação, então, a partir da ineficácia do processo, ficará cada vez mais claro qual o papel do Direito dentro do sistema capitalista.

É uma formação humana que nasce dentro de um campo de embate político, que, por sua vez, nasce de interesses imediatos que tentam ser alcançados em conjunto, em luta, mas que logo têm todas as expectativas quebradas pela lógica do Direito burguês. E o percorrer do processo, a caminhada ao topo da formação profissional, ou da luta por qualquer direito, torna-se emancipação humana justamente por não ter gerado resultados. O esforço volta-se contra o sistema e a favor da mudança das estruturas, em alguns casos, para que assim, atenda-se às demandas do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, como de tantos outros.

6. Considerações Finais

Numa sociedade cujo modo de produção é o capitalismo, a qualificação por si só nunca será a solução para o fim do desemprego, pois a existência de um contingente de pessoas desempregadas compõe pressuposto essencial desse modelo sócio-econômico. Logo, as políticas públicas, com a promessa de garantia de empregabilidade, não são, de fato, mecanismos que promoverão mudanças significativas na condição de explorados dos trabalhadores. O papel do Direito conservador nisso tudo é, por meio da concessão desses benefícios, reforçar a ilusão de que é possível transformar a realidade de uma sociedade baseada em relações de exploração, por meio de conquistas pontuais.

Com isso, fica claro o caráter de manutenção característico do sistema jurídico: ao mesmo tempo em que garante algumas reformas a favor da classe trabalhadora, faz isso de forma conveniente aos interesses da classe dominante, visto que ameniza as reivindicações da população e mantém a burguesia com seus privilégios, com o domínio dos meios de produção, condições que garantem a continuidade do modelo sócio-econômico vigente, baseado na exploração.

A importância da luta por direitos se dá no sentido de promover a organização popular em torno de um projeto coletivo, além de fazer com que as pessoas entrem em

contato com as contradições do Direito e do sistema no qual estão inseridas e possam assim, talvez, desenvolver a consciência de que os verdadeiros problemas não serão resolvidos se as mudanças almejadas forem meramente pontuais. A sociedade não será transformada até que o horizonte da luta seja o fim da própria forma de sociedade em que vivemos e a conquista de um novo modelo.

Daí a necessidade de organização da classe trabalhadora em torno de um projeto que diga respeito tão somente aos seus interesses, que são, inevitavelmente, contrários aos interesses da burguesia, conciliáveis somente de forma parcial e pontual, ou seja, com uma limitação conjuntural e, portanto, temporal.

Enquanto estiver a burguesia no poder, estará legitimada e orquestrada a opressão da maioria pela minoria, utilizando-se as classes dominantes, por meio do Direito, do aparelho Estatal, financiado - também - pela classe trabalhadora, para a repressão desta e cooptação de alguns de seus setores.

7. Bibliografia

ENGELS, Friederich. KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico** – São Paulo: Ensaio, 1991 – 2ª Ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl Heinrich. **Para a questão judaica** – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. (tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. III da edição americana (Charles Kerr & Co., Chicago, 1933).

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. (Coleção “Os Economistas”). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, Tarso de. **Direito e Ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural** – 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192p.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo. Editorial, 2004. P.163.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.